

Estudo avalia impacto econômico de derrame de petróleo em Ilhabela

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

No feriado de 2 de novembro de 2000, o petroleiro Vergina II colidiu com o píer do terminal marítimo de São Sebastião durante a manobra de atracação, derramando no canal 86 m³ de óleo do tipo Albacora. O óleo atingiu nove praias de São Sebastião e sete de Ilhabela. Perto de tragédias ambientais recentes como a da Baía da Guanabara, aquele vazamento foi considerado pequeno, mas implicou custos diretos para a Petrobrás de R\$ 4,6 milhões, destinados a pessoal, compra e transferência de materiais para contenção do óleo, limpeza da

Falta de dados impede avaliação precisa

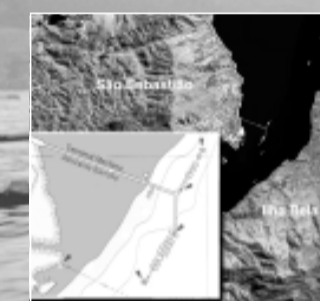
água, areia e custos rochosos, manutenção de equipamentos e despesas diversas, além da indenização de pescadores que tiveram barcos e redes danificados.

O acidente ofereceu ao engenheiro José Julio Ferraz de Campos Júnior o objeto de pesquisa para a tese de doutorado *Valorização Econômica de Danos Ambientais: O Caso dos Derrames de Petróleo de São Sebastião*, que defendeu junto ao Centro de Estudo do Petróleo (Cepetro) da Unicamp, orientado pelo professor do Instituto de Geociências Newton Müller Pereira e com apoio da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A proposta de Julio de Campos era testar técnicas de valoração para avaliar o impacto econômico destes derrames em uma das mais belas paragens turísticas do país.

"Se o óleo contamina a paisagem, o turista deixa de ir à praia e os hotéis, restaurantes e o setor de serviços em geral amargam prejuízos. Da mesma forma, o pescador fica sem trabalhar. Tais custos não são contabilizados", observa o pesquisador. Naquele final de semana, Julio de Campos levantou taxas de ocupação em hotéis, movimentos de veículos na travessia de balsas registradas pela Dersa e entrevistou turistas para calcular a média de gastos com a viagem. Segundo estimativa do engenheiro, apenas em Ilhabela, o prejuízo com a privação das atividades turísticas pode ter alcançado R\$ 4,9 milhões. A cifra inclui mais de R\$ 74 mil que o serviço de balsas arrecadaria com 10.000 veículos de turistas.

Na planilha da Petrobrás, as indenizações consumiram somente 2,59% dos custos com o acidente, contemplando basicamente os proprietários de embarcações danificadas. Se todos os setores ligados ao turismo tivessem como cobrar a perda estimada por Campos Jr., os custos da empresa dobrariam para R\$ 9,3 milhões, sendo que as indenizações atingiriam um percentual bastante significativo de 52,9%. Observe-se que o pesquisador não encontrou informações palpáveis que permitissem avaliar o impacto econômico no município de São Sebastião.

Falta de dados – É justamente a falta de uma base de dados confiável que impede uma avaliação mais precisa do impacto de um derrame de óleo nestas cidades e, com isso, a cobrança de indenizações pela paralisação da atividade produtiva. "A população precisa ser conscientizada sobre a importância de montar um banco de dados – frequência de clientes em hotéis e restaurantes, vendas de comércio, serviços de entretenimento ao turista – englobando um período histórico, o que ofereceria parâmetros para cruzamentos e comparações",

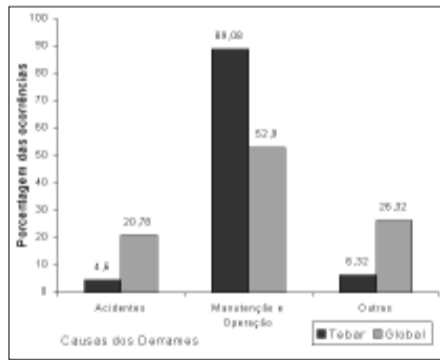
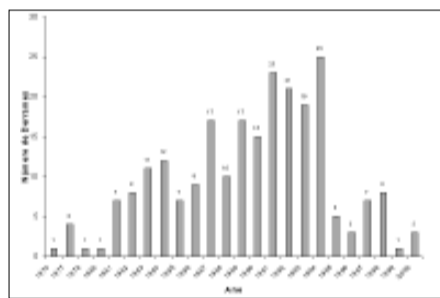


Vazamento de óleo em Ilhabela: tese mostra ser possível a adoção de medidas de prevenção e controle da poluição ambiental



O engenheiro José Julio Ferraz de Campos Júnior: "Muitos custos não são contabilizados"

sugere Campos Jr. A tese elaborada pelo engenheiro, de qualquer forma, permite estimar a escala de grandeza do problema e pode pautar negociações entre Petrobrás e população para adoção de medidas de prevenção e controle da poluição ambiental mais rápidas e eficientes. "A empresa deveria atentar para o fato de que 46% dos custos com o derrame se referem ao transporte e compra, em caráter emergencial, de equipamentos e materiais que devam estar disponíveis no terminal. Sabe-se que quanto mais rápida a ação, menor o estrago e menor o custo", critica. "Os turistas e a comunidade, por sua vez, também deveriam discutir quanto estariam dispostos a pagar pela adoção de medidas de proteção desses paraísos ecológicos", conclui Julio de Campos Jr.



Terminal já registrou mais de 200 derrames

No canal entre São Sebastião e Ilhabela fica o maior terminal marítimo para recebimento de petróleo do Brasil. Desde sua inauguração em 1974, até o ano de 2000, ocorreram no Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar) 236 derrames, 89% deles por causa de falhas de manutenção e operação, 4,6% em acidentes e 26,3% por outras causas.

Recebendo uma média de 400 petroleiros por ano, o Tebar recebe, armazena e transfere petróleo bruto para processamento nas refinarias paulistas – Replan (Paulínia), RPBC (Presidente Bernardes), Recap (Capuava) e Revap (Henrique Lage) –, além de derivados como álcool para o mercado nacional e para exportação.

O terminal ocupa uma área de 1.800.000 m² com plataformas de atracação, rede de oleodutos com estações intermediárias de bombeamento e um setor de armazenamento com capacidade para 10,7 milhões de barris de petróleo e 2,4 milhões de barris de derivados. O cais de atracação permite a operação simultânea de quatro navios com capacidades variando de 65.000 e 300.000 toneladas de porte bruto (peso do navio mais carga).